

O dever de amar segundo Kant e Kierkegaard

The duty to love according to Kant and Kierkegaard

Roni Ederson Krause de Oliveira

Instituto Federal de Goiás (IFG), Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS)

ronikrause@bol.com.br

<http://lattes.cnpq.br/3061094734321137>

Resumo

O objetivo deste artigo é entender como Kant e Kierkegaard interpretam o mandamento "ame seu próximo como a si mesmo" e por que ambos consideram isso um dever. Nesse caso, analisa-se a primeira Seção da Segunda Parte, intitulada *Do dever de amar para com os outros homens*, da *Metafísica dos Costumes* de Kant e também os primeiros capítulos da primeira série de *As Obras do Amor*, de Kierkegaard, mais precisamente as seções II A, II B e II C (respectivamente, *Tu "deves" amar*, *Tu deves amar "o próximo"* e *"Tu" deves amar o próximo*). Será mostrado que o amor incondicional é impossível para Kant por causa do princípio do respeito que emerge como um limite para este amor, assim como será demonstrado que, para Kierkegaard, o dever de amar só é possível porque pressupõe essa incondicionalidade.

Palavras-chave

Amor ao próximo; Razão; Fé.

Abstract

The purpose of this article is to understand how Kant and Kierkegaard interpret the commandment "love your neighbor as yourself" and why both consider it a duty. In this case, are analyzed the first section of the second part, titled *From the duty of love towards other men*, of Kant's *Metaphysics of Morals* and too the first chapters of the first series of Kierkegaard's *Works of Love*, more precisely in sections II A, II B and II C, respectively: *You "shall" love*; *You shall love your "neighbor"*; and *"You" shall love your neighbor*. It will be shown that unconditional love is impossible for Kant because of the principle of respect that emerges as a limit to this love, just as it will be shown that for Kierkegaard the duty to love is only possible because it presupposes this unconditionality.

Keywords

Love of neighbor; Reason; Faith.

1. Introdução

O que faz do amor um dever? Não é amor um sentimento? É possível sentir amor quando você quer? Isso não é uma impossibilidade? Então, como o amor funciona como um dever? Essas questões são o ponto de partida desta pesquisa. Kant (1724-1804) e Kierkegaard (1813-1855) responderam a essas perguntas. Cada um à sua maneira. Para o nosso propósito, duas obras consagradas pela tradição do pensamento Ocidental são referenciadas: a *Metafísica dos Costumes*, de Immanuel Kant, e as *Obras do Amor: algumas considerações cristãs em forma de discursos*, de Kierkegaard. Ambas as obras estão separadas no tempo por cinquenta anos, uma vez que a primeira delas foi publicada, pela primeira vez, em 1797, e a segunda, em 1847.

O presente estudo visa saber o que Kant e Kierkegaard dizem sobre o mandamento divino. Propõe-se abordar as passagens em que ambos os filósofos discutem mais de perto o

mandamento, o que corresponde ao essencial da primeira seção da segunda parte, intitulada *Do dever de amor para com os outros homens*, da *Metafísica dos Costumes*, bem como os capítulos iniciais da primeira série de *As obras do amor*, mais precisamente as seções II A, II B e II C, (respectivamente: *Tu “deves” amar; Tu deves amar “o próximo”; e “Tu” deves amar o próximo*).

2. Do dever de amar em Kant

A questão do dever de amar é tratada, por Kant, na *Metafísica dos Costumes*, a partir de uma divisão conceitual entre dever meritório e obrigatório. Para Kant (2011, p. 389), há deveres que têm o caráter de obrigar aqueles a quem eles são cumpridos, e há deveres cuja prática não implica uma obrigação. Com relação ao primeiro tipo, Kant classifica-os como meritórios, e, com relação ao segundo tipo, como obrigatórios. É um dever compulsório quando não há implicação da obrigação de retribuição, uma vez que não implica mérito a ação que é cumprida obrigatoriamente. Já o dever meritório implica, por sua vez, uma obrigação de retribuição, pois trata-se de uma ação não obrigatória da parte daqueles que praticam a ação. Ou seja, quando um dever compulsório é cumprido, aquele que recebeu tal ação não tem obrigação de retribuição. Quando alguém age sem ser obrigado, mesmo que seja uma ação por dever, o outro é simultaneamente obrigado a retribuir.

Os sentimentos que acompanham a prática desses dois tipos de deveres são, segundo Kant (2011, p. 389), amor e respeito. Ambos os sentimentos podem estar envolvidos, juntos ou separados, no cumprimento desses deveres. “O amor ao próximo pode existir, mesmo que esse possa merecer pouco respeito; o mesmo acontece em relação ao respeito necessário devido a cada homem; sem ter em conta poder ser ele julgado pouco digno de amor” (Kant, 2011, p. 390).

A expressão “amor ao próximo” aparece nesse ponto da metafísica dos costumes como um elemento do sistema kantiano relacionado ao conceito de dever. Pelo menos, aqui, o amor, quando acontece, aparece como um sentimento que acompanha a prática dos deveres. É nesse sentido que esse amor pode existir, mesmo que o próximo “mereça pouco respeito” (Kant, 2011, p. 390), assim como o próximo pode ser respeitado, mesmo que ele seja “pouco digno de amor” (Kant, 2011, p. 390).

Se a generosidade para com uma pessoa pobre é um dever, mas ela é humilhada por tamanha generosidade, por exemplo, também é dever do generoso evitar essa humilhação, para que essa ação de beneficência seja apresentada “ou como uma mera obrigação ou como um pequeno obséquio” (Kant, 2011, p. 390), permitindo, assim, que o pobre mantenha o respeito próprio (Kant, 2011, p. 390). Assim, a pessoa em estado de pobreza deve ser respeitada, independentemente do fato de ser ou não digna de receber amor, e também amada, mesmo que ela não se respeite. Assim, Kant explica a divisão entre deveres meritórios e obrigatórios e introduz, na metafísica dos costumes, a menção do amor ao próximo.

Para Kant (2011, p. 390), existem as leis do dever e as leis da natureza, cujos conjuntos de leis são distintos. Quando se trata das leis do dever, trata-se de lidar com o mundo moral, isto é, com as relações humanas além das leis da física. No entanto, “por analogia com o mundo físico, a conexão entre seres racionais (na terra) se efetua por atração e repulsão” (Kant, 2011, p. 390). Há, então, o princípio do amor mútuo ou recíproco e o princípio do respeito. Em virtude do primeiro, “os homens são mandados a aproximar-se continuamente entre si” (Kant, 2011, p. 390). Por meio do segundo, os homens “mutuamente devedores uns dos outros” precisam “manter distância entre si” (Kant, 2011, p. 390-391). Enquanto o amor une os homens, o respeito garante a eles a distância necessária para que o amor dure. Ambos os princípios são “grandes forças morais” (Kant, 2011, p. 391), e é imperativo que nenhum deles, portanto, aniquile o outro. Se isso acontecesse, seria, para Kant (2011, p. 391), o fim da moralidade humana. Para Kant, portanto,

amor e respeito são princípios separados, mas igualmente necessários para que o mundo moral dos seres racionais se torne possível na prática.

Kant considera, inicialmente, como vimos, amor e respeito como sentimentos que acompanham os deveres. Como sentimentos, amor e respeito atuam no mundo moral como princípios de aproximação (amor) e repulsão (respeito), em analogia com as leis da natureza. Entretanto, Kant (2011, p. 391) diz:

O amor não é, todavia, aqui entendido como sentimento (esteticamente), quer dizer, como prazer relativo à perfeição de outros homens, nem como amor de complacência (porque ter sentimentos é algo a que os outros não nos podem obrigar), mas tem de ser concebido como máxima de benevolência (enquanto máxima prática), a qual tem como consequência a beneficência.

Kant reconhece a impossibilidade de se sentir através de um decreto. Isso “porque ter sentimentos é algo que os outros não nos podem nos obrigar” (Kant, 2011, p. 391). Não é assim que se sente. Nós não sentimos amor simplesmente por causa do desejo de sentir amor. Sentir não é uma decisão da razão. Assim, o fato de sentir não é causado pela mera vontade ou desejo de sentir certo sentimento. Desse modo, não podemos sentir amor ou respeito por nossa vontade. Por outro lado, sentir amor ou respeito simplesmente não garante o cumprimento do mandamento nem a continuidade do sentimento.

O amor recíproco não é um sentimento de prazer ou complacência, nem o respeito é simplesmente um sentimento de medo, como quando uma criança demonstra respeito pelos pais, os alunos pelo professor, o subordinado ao superior. O princípio do amor recíproco deve ser concebido como uma “máxima de beneficência” (Kant, 2011, p. 391), enquanto o princípio do respeito deve ser concebido como “uma máxima de restrição da nossa autoestima por via da dignidade da humanidade na pessoa de outrem, por conseguinte, o respeito em sentido prático” (Kant, 2011, p. 391-392). Quer dizer, respeito é uma máxima que restringe nossa autoestima para a humanidade implicada em cada pessoa. Enquanto a máxima da beneficência tem um poder atraente e positivo que une os seres humanos, a máxima da restrição manifesta-se negativamente, restringindo a autoestima do outro e considerando que o outro merece a distância adequada para ter a sua própria dignidade preservada.

Ao praticar em relação a alguém o primeiro dever, o dever de amar o próximo, obrigo simultaneamente o outro; torno-me credor da sua gratidão. Com a observância do último dever, o dever de respeitar o próximo, obrigo-me unicamente a mim próprio, mantendo-me nos meus limites para não retirar ao outro nada do valor que ele, como homem, tem direito em colocar em si mesmo (Kant, 2011, p. 392).

O dever de amar faz do meu o fim dos outros. Assim, necessariamente, outros, no cumprimento desse dever, que são obrigados, levarão em conta meus fins. Este é o sinal do princípio do amor mútuo: quando os fins de ambos os lados da equação são considerados iguais. O amor para com os homens, o qual Kant denomina também *filantropia* (Kant, 2011, p. 393), não é, para o filósofo prussiano, *complacência*¹ (Kant, 2011, p. 393), mas o *prático* (Kant, 2011, p. 393), constituindo-se na “benevolência ativa e refere-se, portanto, à máxima das ações” (Kant, 2011, p. 393).

Aquele que encontra satisfação no bem-estar (*salus*) dos homens, na medida em que os considera simplesmente como tais, aquele que se considera afortunado, aquele que se sente

¹ Não se trata de mera disposição para agradar, para responder ao desejo e sabor dos outros, ou para realizar um ato esperando uma recompensa.

bem², quando tudo corre bem aos demais, é um amigo dos homens (filantropo) em geral (Kant, 2011, p. 393).

Para Kant (2011, p. 393-394),

a máxima da benevolência (o amor prático para com os homens) é um dever de todos os homens para com os demais; considerem-se ou não estes dignos de ser amados, tal dever existe de acordo com a lei ética da perfeição: ama o teu próximo como a ti mesmo.

Assim, aquele que recebe benevolência e não é digno desse amor, pouco importa, pois é dever de todo ser humano praticar a máxima. O amor se torna um dever obrigatório, pois, a princípio, é classificado como um dever meritório. Por quê?

Porque toda a relação prático-moral com os homens é uma relação entre estes na representação da razão pura, quer dizer, das ações livres segundo máximas, que se habilitam a fazer parte de uma legislação universal e que, portanto, não podem ser egoístas³ (...). Eu quero dos demais benevolência [...] em relação a mim; portanto, eu devo ser também benevolente para com os demais. Mas dado que todos os demais sem mim não serão todos, e, por conseguinte, a máxima não teria em si a universalidade de uma lei, universalidade essa que, no entanto, é necessária para a obrigação, a lei do dever de benevolência incluir-me-á a mim também como objeto no mandado da razão prática; não porque eu esteja, por isso, obrigado a amar-me a mim próprio (porque isto sucede inevitavelmente independentemente disso, e, portanto, não existe nenhuma obrigação a este respeito), mas sim porque, não o homem, mas a razão legisladora, que na sua ideia de humanidade em geral inclui a espécie inteira (portanto, também a mim), me inclui também a mim, de acordo com o princípio de igualdade, como legislador universal, no dever de benevolência recíproca, tal como a todos os meus próximos, e permite-te ser benevolente contigo próprio, na condição de que tu também queiras bem aos demais; porque somente assim a tua máxima

² Aqui, vemos que Kant não separa a prática da benevolência do sentimento correspondente a essa prática. No caso, se o bem-estar dos outros me faz sentir bem, isso equivale a sentir amor. Amor que o filantropo encontra retribuído em complacência ou prática benevolente de outros. Em todo caso, a máxima da benevolência compreende um amor que vai além do próprio sentimento.

³ Kant trata especificamente do termo *egoísmo* na *Antropologia de um ponto de vista pragmático* (1798), e aborda o tema na *Crítica da razão prática* (1788), a partir dos conceitos de *solipsismo*, *amor de si* e *amor-próprio* (cf. p. 129-130), bem como na *Metafísica dos Costumes* (1797), a partir da diferenciação entre amor-próprio e amor de si (cf. p. 412-413). Para Kant (1996, p. 11, tradução nossa), “pode-se pensar que o egoísmo contém três presunções: a da razão, a do gosto e a do interesse prático, isto é, pode ser lógica, estética ou prática”. Aqui, estamos interessados no último deles, o egoísta prático, que em termos kantianos é o mesmo que o egoísta moral. Segundo Kant (1996, p. 29-30, tradução nossa) “o egoísta moral limita todos os propósitos a si mesmo; como eudemonista, ele concentra os mais altos motivos de sua vontade apenas no lucro e em sua própria felicidade, mas não no conceito de dever. Como todas as outras pessoas têm um conceito diferente do que ele considera felicidade, é exatamente o egoísmo que faz com que ele não tenha a pedra de toque de um conceito genuíno de dever que realmente deve ser um princípio universalmente válido. Todos os eudemonistas são consequentemente egoístas”. Ou seja, o egoísta moral é aquele que não reconhece deveres, tanto aqueles que são devidos a si mesmo, isto é, como ser humano, como também aos outros. Portanto, pode-se dizer que um dos objetivos da moralidade kantiana é superar o egoísmo prático/moral. Segundo Kant (2003, p. 253-255): “todas as inclinações em conjunto (que certamente podem ser também compreendidas em um razoável sistema e cuja satisfação chama-se então felicidade própria) constituem o **solipsismo** <Selbstsucht> (*solipsismus*). Este consiste ou no solipsismo do **amor de si**, como uma **benevolência** para consigo mesmo sobre todas as coisas (*philautia*), ou no solipsismo de **complacência** em si mesmo (*arrogantia*). Aquele se chama especificamente **amor-próprio** e este, **presunção**”. A razão prática pura abate a presunção “na medida em que todas as exigências de autoestima que precedem a concordância com a lei moral são nulas e totalmente ilegítimas, na medida precisamente em que a certeza de uma disposição que concorda com essa lei é a primeira condição de todo o valor da pessoa [...], e toda a impertinência ante a mesma é falsa e contrária à lei. Ora, a propensão à autoestima co-pertence às inclinações, com as quais a lei moral rompe, na medida em que a autoestima depende meramente da moralidade. Portanto a lei moral abate a presunção” (Kant, 2003, p. 253-255).

(a máxima de beneficência) se habilita a fazer parte de uma legislação universal, na qual se funda toda a lei do dever (Kant, 2011, p. 394).

No sistema moral kantiano, apenas as ações livres são morais ou somente as ações morais são livres. Agir livremente implica a capacidade do ser humano de agir de acordo com a razão, por meio de máximas universais. Eu me torno moral na medida em que minha vontade ou minha ação coincide com essas máximas, que são válidas para todos. A máxima da benevolência, portanto, implica reciprocidade benevolente e torna-se uma obrigação, porque não haveria maneira de cumprir essa máxima se todos não estivessem envolvidos nela. Assim, essa máxima implica uma obrigação mútua. Eu não sou obrigado a amar a mim mesmo, pois isso é pressuposto⁴, mas amar o próximo, sim. No entanto, a máxima, para manter sua universalidade, inclui-me também na obrigação. Nesse sentido, posso manter a ideia do amor como um dever meritório, embora eu esteja formalmente incluído nesse amor, portanto, forçado a me amar. Ao amar meu próximo, estou querendo meu próprio bem. Mas não no sentido de que quero o meu próprio bem, querendo o bem do próximo. O amor mútuo ou recíproco só faz sentido quando o próximo se torna um fim em si mesmo e não um meio dos meus fins. O amor recíproco também me beneficia, pela humanidade⁵ que também represento, mas não há amor quando olho apenas para o que me beneficia.

Segundo Kant (2011, p. 395), “a benevolência, no amor universal ao gênero humano, é, pois, decerto, quanto à extensão, a maior, mas, quanto ao grau, é a menor”. Isso ocorre porque o interesse no bem-estar de um homem em particular, devido exclusivamente ao meu amor pela humanidade, “é o menor possível” (Kant, 2011, p. 395). Geralmente, estamos interessados no bem-estar das pessoas mais próximas e mais ainda estamos interessados em nosso próprio bem-estar. Mas a benevolência é aquela que pressupõe menos interesse.

Kant então reconhece que há um “mais próximo” mais próximo do que qualquer outro, e que o mais próximo de mim mesmo sou eu mesmo. Ou seja, sempre haverá, em relação a mim, um “mais próximo que outro, e em matéria de benevolência, eu sou o mais próximo de mim” (Kant, 2011, p. 395). Conseqüentemente, eu obrigo a pessoa que está menos distante à benevolência e, em um sentido mais estrito, a mim mesmo, que sou o mais próximo de mim.

“Como é que então isto está de acordo com a fórmula: ama o teu próximo (o teu semelhante) como a ti próprio?” (Kant, 2011, p. 395). Sendo o mais próximo de mim – e para mim mesmo serei o menos indiferente possível –, como pode minha menor indiferença ao próximo “mais distante” ser igualada a esse amor que tenho por mim mesmo? Isso significa que a fórmula se torna inviável, isto é, impossível de alcançar, já que, em sua essência, haveria uma contradição? Como posso amar todos os seres humanos igualmente se as relações humanas não vierem com a mesma proximidade? É inegável que a prática da benevolência obriga apenas aqueles sujeitos à prática benevolente. As pessoas mais distantes de mim, que ainda não são meu “próximo”, podem nunca se tornar moralmente obrigadas simplesmente porque é impossível contatar todos os seres humanos. Segue-se que Kant (2011, 395) conclui: “parece que não posso, sem com isso me contradizer, [ao dizer que]: devo amar a cada um como a mim mesmo; pois que a medida do amor próprio não permitiria nenhuma diferença de grau”. Aqui, no entanto, ele não se refere a

⁴ Veremos que, para Kierkegaard, o Cristianismo parte de pressuposto igual.

⁵ Em *O Conceito de Angústia* (1855), Kierkegaard (2013, p. 30) defende um princípio equivalente de igualdade quando afirma que “explicar o pecado de Adão é [...] explicar o pecado hereditário e de nada adianta uma explicação que queira explicar Adão, mas não o pecado hereditário, ou queira explicar o pecado hereditário, mas não Adão”. Uma explicação que queira dissociar Adão e pecado hereditário não é possível por causa do essencial da existência humana, ou seja, “que o homem é *individuum* e, como tal, ao mesmo tempo ele mesmo é todo gênero humano, de maneira que a humanidade participa toda inteira do indivíduo, e o indivíduo participa de todo gênero humano” (Kierkegaard, 2013b, p. 30). Ou seja, “aquilo que explica Adão, explica o gênero humano e vice-versa” (Kierkegaard, 2013b, p. 32).

uma “mera complacência em relação ao bem de cada um, sem ter que contribuir com algo para isso” (Kant, 2011, p. 395), mas a uma máxima de benevolência, uma benevolência ativa, “prática”, que “consiste em propor-se como fim o bem-estar e a saúde do outro (fazer bem)” (Kant, 2011, p. 395). Enquanto eu desejar, eu certamente “posso querer bem a todos por igual” (Kant, 2011, p. 395), mas no que diz respeito à prática e à ação, sem violar a “universalidade da máxima”, “o grau pode, todavia, ser muito diferente, de acordo com a diversidade de pessoas queridas (de entre as quais uma me toca de mais perto que a outra)” (Kant, 2011, p. 396).

Cuidar de si é uma obrigação. Kant (2011, p. 396) entende que “cuidar de si mesmo [...] faz parte dos deveres para consigo próprio”, o que equivale a não “privar-se por avareza (como se fosse um escravo) do necessário para usufruir alegremente da vida” (Kant, 2011, p. 396) e também a não “privar-se de desfrutar os prazeres da vida por causa de uma disciplina exagerada de suas inclinações naturais (de modo obsessivo)” (Kant, 2011, p. 396). Mas se todos os homens têm o dever de cuidar de si mesmos, o que me obriga a uma beneficência ativa, além do desejo de benevolência que posso ter em relação aos outros? Isto é, “como é que se pode [...] exigir que tal benevolência também seja prática?” (Kant, 2011, p. 397).

A benevolência consiste no comprazimento com a felicidade (com o bem-estar) dos outros, mas a beneficência consiste em propor-se isto mesmo como fim; e o dever que lhe corresponde é a coerção do sujeito, exercida pela razão, para aceitar esta máxima como lei universal (Kant, 2011, p. 397).

Mas Kant (2011, p. 397) entende, no entanto, que “não é evidente que tal lei esteja sediada na razão; pelo contrário, a máxima ‘cada um por si, Deus (o destino) por todos’ parece ser a mais natural”. Kant (2011, p. 399) defende que “ser benfeitor, quer dizer, ajudar, de acordo com as próprias disponibilidades, outros homens em situação de carência a ser felizes, sem nada esperar em troca, é dever de qualquer homem”. Mas o filósofo prussiano, embora defenda tal dever dessa maneira, também questiona, na casuística por exemplo, qual seria o valor do ato de beneficência que é provado “com a mão já fria (num testamento, à partida deste mundo?)” (Kant, 2011, p. 399).

Um caso semelhante ocorre com os ricos que ajudam os pobres: “a satisfação que ele com isto se proporciona a si próprio e que não lhe custa qualquer sacrifício é uma maneira de se inebriar com sentimentos morais” (Kant, 2011, p. 398-399). Mas até que ponto essa ação toma a forma de uma máxima de beneficência? E se o homem rico, com seu ato, estiver interessado apenas na obrigação que o ato impõe aos necessitados? Ou seja, nenhum ato de ajuda que não se prive de ganho para si não pode ser considerado um ato de beneficência. “Em relação a quem é rico [...] o ato de beneficência quase que não deve, de todo em todo, ser considerado pelo benfeitor como um dever meritório seu” (Kant, 2011, p. 398). Assim, a máxima do interesse próprio “contradiz-se a si própria se fosse convertida em lei universal” (Kant, 2011, p. 398). Com isso, todos teriam o direito de recusar ajuda. Haveria o bônus de não precisar ajudar alguém, mas você também teria o fardo de nunca receber a ajuda de outros se precisasse de ajuda um dia. Portanto, a máxima do interesse comum, que “recomenda a beneficência em relação aos necessitados” constitui um “dever universal dos homens” (Kant, 2011, p. 398).

3. Do dever de amar em Kierkegaard

De acordo com Kierkegaard (2013a, p. 32), com o mandamento “amarás o teu próximo como a ti mesmo”, o Cristianismo pressupõe o amor-próprio. Mas não é uma exaltação de si mesmo, esse amor. Isso seria uma má interpretação do Cristianismo. “Pelo contrário, a ideia dele [do Cristianismo] é arrancar de nós homens o egoísmo” (Kierkegaard, 2013a, p. 32). O egoísmo dos homens consiste em amar a si mesmo, mas o Cristianismo, com o mandamento, com esse “como a ti mesmo”, “arrebata dele o homem” (Kierkegaard, 2013a, p. 32). Enquanto a sabedoria

mundana se fecha no amor-próprio, o Cristianismo, ao contrário, possui a “resistência da eternidade” (Kierkegaard, 2013a, p. 32), que domina esse amor pressuposto enquanto ordena o amor aos outros.

“Este ‘como a ti mesmo’; não vacila na pontaria e penetra então com a firmeza da eternidade, como um juiz, até o mais íntimo esconderijo onde um homem ama a si mesmo; não deixa ao amor de si a mínima desculpa, não lhe deixa aberta a mínima escapatória” (Kierkegaard, 2013a, p. 33). O amor de si do Cristianismo não rejeita, nem mesmo censura, mas então ordena: ame o seu próximo “como a ti mesmo”. Assim, “nenhum lutador de luta livre consegue imobilizar o seu adversário do jeito como este mandamento é capaz de subjugar o amor de si, que não consegue mover-se do lugar” (Kierkegaard, 2013a, p. 33). O Cristianismo “não quer ensinar ao homem que ele não deva amar a si mesmo, e sim, pelo contrário, quer precisamente ensinar-lhe o correto amor de si mesmo” (Kierkegaard, 2013a, p. 32). É preciso amar a si mesmo, mas é preciso saber como fazer isso. Isso o Cristianismo quer ensinar, porque existe um jeito certo de amar. E esse jeito certo de amar o Cristianismo “resolve tudo de uma só vez” (Kierkegaard, 2013, p. 32) quando ordena amar o próximo como a si mesmo. O caminho certo para amar a si mesmo, então, é a obrigação de amar o próximo, já que amar o próximo como a si mesmo elimina qualquer possibilidade de egoísmo, assim como leva ao amor correto de si mesmo.

Não se pode confundir esse amor com o próximo com amor natural ou respeito, digno da melhor amizade. O amor sensual ou o amor da fidelidade da amizade, cantado pelo “poeta” (Kierkegaard, 2013a, p. 34), passa longe do entendimento do amor verdadeiramente livre e libertador. Pois amar o outro mais que a si mesmo não é um amor superior àquele em que se ama o outro igualmente como a si mesmo. “O amor ao próximo certamente não foi cantado por nenhum poeta”, diz Kierkegaard (2013a, p. 34).

O Cristianismo entende melhor do que qualquer poeta o que seja o amor e o que seja amar; justamente por isso ele também sabe aquilo que escapa aos poetas, que o amor que eles cantam, ocultamente é amor de si, e que justamente daí se deixa esclarecer a sua expressão inebriante de amar uma outra pessoa mais do que a si mesmo (Kierkegaard, 2013a, p. 34).

O amor ao próximo não pode ser confundido com amor natural ou respeito pela amizade. No amor natural, a pessoa é capaz de amar o outro mais que a Deus. É feito do outro, no amor natural, o favorito, o escolhido, o amor exclusivo. O resto é deixado de fora desse amor. Para Kierkegaard (2013a, p. 34), “o Cristianismo ensina que isto é escarnecer a Deus”, isto é, quando alguém ama o outro mais do que ama a Deus. O mesmo vale para o respeito pela amizade. Esse respeito, assim como o amor natural, é amor de predileção: “amar a esta única pessoa antes de qualquer outra, amá-la em oposição a todas as outras” (Kierkegaard, 2013a, p. 34). Amar assim, como se ama no amor natural e no respeito pela amizade, é amar o outro em detrimento de todos os outros. O que não é o objeto do amor também se torna um objeto de aversão. Mas isso não significa que quem é privilegiado com amor seja verdadeiramente amado da melhor maneira, pois é preservado no coração daqueles que amam o sentimento de aversão. Assim, ao contrário do amor natural e respeito pela amizade, “o ensinamento cristão é de amar o próximo, amar todo o gênero humano, todos os homens, inclusive o inimigo, e não fazer exceção, nem a da predileção e nem a da aversão” (Kierkegaard, 2013a, p. 35). Isto é, a pessoa deve amar o próximo como a si mesmo e não mais do que a si mesmo. O amigo se torna o próximo, assim como o inimigo. Ou seja, o próximo é indistintamente ou igualmente qualquer um, cada um, todos os homens.

Só há um ser que o homem pode, com a verdade da eternidade, amar mais do que a si mesmo: é Deus. Por isso é que não está dito: “Tu deves amar a Deus como a ti mesmo”, mas antes: “Amarás ao Senhor teu Deus de todo o teu coração, de toda a tua alma e de todo o teu entendimento”. A Deus um homem deve amar obedecendo incondicionalmente, e amá-Lo adorando. Seria impiedade se um homem ousasse amar-se a si mesmo dessa maneira, ou se

ele se atrevesse a amar uma outra pessoa desse modo, ou se ele se atrevesse a permitir a uma outra pessoa amá-lo dessa maneira. [...] a Deus tu deves amar em obediência incondicional, mesmo que aquilo que Ele exige de ti possa parecer ser para ti algo danoso, sim, danoso até para a Sua própria causa; pois a sabedoria divina não tem relação de comparação com a tua, e a providência divina não tem obrigação de prestar contas à tua inteligência; tu só tens que obedecer, amando. A um ser humano, [...] tu deves amar como a ti mesmo (Kierkegaard, 2013a, p. 35).

Eis que amar a Deus é um dever, e também é um dever amar o próximo. E, como vimos, esse amor não é confundido com o amor natural nem com o respeito pela amizade, ambos baseados no amor à predileção. Nem mesmo o mandamento que ordena amar a Deus acima de todas as coisas é equivalente a um amor de predileção, pois Ele também ordena que se ame ao próximo como a si mesmo.

Mas quem é meu próximo? “O próximo é aquele que está mais próximo de ti do que todos os outros, contudo não no sentido de uma predileção; pois amar aquele que no sentido da predileção está mais próximo de mim do que todos os outros é amor de si próprio” (Kierkegaard, 2013a, p. 36). Amar o próximo no sentido cristão é considerar o outro como sendo igual a mim, na medida em que eu e o outro fazemos parte de um todo que é a raça humana, indo na direção oposta do egoísmo. Para Kierkegaard (2013a, p. 37), “o conceito de ‘próximo’ é propriamente a reduplicação da tua própria identidade”⁶. Reduplicar, aqui, é estender para o outro o amor que tenho por mim mesmo, como ser humano que sou, direcionando efetivamente esse amor para ele, para o ser humano que ele é. Assim, “o que o egoístico absolutamente não pode tolerar é a reduplicação, e a palavra do mandamento ‘como a ti mesmo’ constitui justamente a reduplicação” (Kierkegaard, 2013a, p. 37). O próximo no sentido cristão “significa ‘todos os homens’”, mas significa tal coisa em um sentido especial: basta “um único homem”, qualquer um, qualquer outro, para que se torne possível “praticar a lei” (Kierkegaard, 2013, p. 37). Portanto, o *egoístico* que o amor natural e o respeito pela amizade representam, não suporta a reduplicação, pois isso implicaria o reconhecimento do outro, não como um segundo eu, mas como primeiro tu (Kierkegaard, 2013a, p. 37).

“O próximo” ameaça assim o amor de si tanto quanto é possível; se há apenas dois homens, o segundo homem é o próximo; se há milhões, cada um deles é o próximo, que por sua vez está mais próximo do primeiro do que “o amigo” ou que “a pessoa amada”, na medida em

⁶ A reduplicação [*Reduplikation*] é uma categoria kierkegaardiana importante, que pode ser definida da seguinte maneira: “Reduplicar é ser o que se diz” (Pap. IX A 208, tradução nossa), ou, “[...] existir no que entendemos é praticar a reduplicação” (*École du christianisme*: OC XVII 123, tradução nossa). “A reduplicação sempre envolve reflexão e, portanto, conhecimento, conhecimento do bem a ser alcançado. É por isso que a reduplicação é impossível no domínio do imediatismo, onde tudo ocorre espontaneamente e sem o intermediário da reflexão. A reduplicação essencial, no entanto, enquadra-se na esfera ética e ético-religiosa: Kierkegaard lida mais particularmente com a última. É realmente necessário perceber a ética dentro dessas esferas, mesmo que a última implique, primeiro, a comunicação de um conhecimento concernente à graça oferecida pelo cristianismo. (Pap. VIII 2 B 82, 13, tradução nossa). Perceber o bem é a reduplicação positiva à qual se opõe uma reduplicação negativa, presente quando um homem percebe (reduplica) suas más intenções em segredo, ao mesmo tempo que sabe fazer ilusões no mundo exterior. Kierkegaard chama demoníaco este tipo de reduplicação (Pap. X 4 A 214, tradução nossa). Tal reduplicação deveria encorajar outros a colocá-la em prática no meio da existência. Nesse caso, a operação kierkegaardiana é a seguinte: Kierkegaard pratica e realiza a reduplicação em sua própria vida; ele comunica essa experiência de forma reduplicada, isto é, recorrendo à comunicação indireta, em seu trabalho. Ao fazê-lo, ele reduplica ao mesmo tempo a intenção que, ele pensa, Deus dá à sua vida: sua tarefa de autor. O conceito de reduplicação tem um papel muito importante na ênfase de Kierkegaard no aspecto ontológico, isto é, em um ser já de fato, enquanto Kierkegaard, usando o termo ‘reduplicação’, indica a tarefa ética a ser executada” (OC XX 134-135, tradução nossa). No presente caso, a reduplicação significa renunciar ao amor natural, à demanda do amado (Kierkegaard, 2013a, p. 37) e efetivamente amar o próximo como a si mesmo.

que estes, como objetos de predileção, acabam fazendo causa comum com o egoísmo que há naquele (Kierkegaard, 2013a, p. 37).

Para descobrir quem é meu próximo e diferenciá-lo do próximo da predileção, basta, segundo Kierkegaard (2013a, p. 37), reconhecer o dever de amar que lhe pertence, já que “ao reconhecer o teu dever tu descobres facilmente quem é o teu próximo”. Assim, o próximo “é fácil de conhecer, fácil de encontrar, basta que se queira mesmo reconhecer o seu próprio dever” (Kierkegaard, 2013a, p. 38).

Aquele para quem eu tenho a obrigação é o meu próximo, e quando eu cumpro o meu dever eu mostro que eu sou o próximo. Pois para Cristo não se trata de saber quem é o próximo, mas sim de a gente mesmo se tornar o próximo, e que a gente demonstre ser o próximo como o Samaritano o provou por sua misericórdia (Kierkegaard, 2013a, p. 38).

O amor da predileção não é um amor que é dado pelo dever, mas pela inclinação, pela sensibilidade, naturalmente. O amor ao próximo só é efetuado pelo dever. Porque só por dever posso amar todos os seres humanos e cada um deles em particular, igualmente e sem predileção. A inclinação própria ao amor natural pressupõe sempre algum tipo de exclusividade e, como corolário, da repulsa à não exclusividade. Mas eu também sou o próximo (de certa forma, o mais próximo de mim) e também posso me amar egoisticamente, me dando exclusividade e fazendo de todos os outros um apêndice do meu amor por mim mesmo. Não é suficiente amar-se a si mesmo, mas amar-se adequadamente.

O mandamento prescreve [...] “Tu deves amar o teu próximo como a ti mesmo”, mas quando o mandamento é compreendido corretamente ele também diz o inverso: “*Tu deves amar a ti mesmo da maneira certa*”. Se alguém não quer aprender do Cristianismo a amar-se a si mesmo da maneira certa, não poderá, de jeito nenhum, amar o próximo; ele pode assim, talvez, como se diz, ligar-se a um outro ou a muitos outros homens “para a vida ou para a morte”, mas isso absolutamente não significa amar o próximo. Amar-se a si mesmo da maneira certa e amar o próximo se equivalem totalmente, e no fundo são a mesma coisa (Kierkegaard, 2013a, p. 38).

Você se ama. Isso é pressuposto pelo Cristianismo. O que o Cristianismo não pressupõe e se torna um dever é que você deve se amar adequadamente. “A lei é, portanto: Tu deves amar a ti mesmo da maneira como tu amas ao próximo, quando tu o amas como a ti mesmo” (Kierkegaard, 2013a, p. 38). O indivíduo que se ama de maneira errada, favorecendo o amor natural e a amizade, conseqüentemente a predileção, é suficiente para afundar o Cristianismo. Nesse sentido, “o traidor mais perigoso de todos é aquele que cada homem traz dentro de si” (Kierkegaard, 2013a, p. 39). É por isso que o maior desafio do cristianismo é tirar o egoísmo e de modo algum confundir o “como a si mesmo” com o propósito do mandamento. É porque o homem é egoísta, por causa do amor-próprio, que existe o mandamento que dá ao homem um dever: amar o próximo como a si mesmo. Esse dever de amar o próximo retira do eu qualquer possibilidade de ele continuar amando apenas a si mesmo ou ao outro, de acordo com um interesse. E assim, aprende-se a amar-se adequadamente quando se é o próximo. O amor cristão é igualdade. Além disso, esse amor não assume a forma de discurso. Ninguém é cristão, segundo Kierkegaard, por se declarar cristão. O verdadeiro cristão ama seu próximo como a si mesmo de forma eficaz. “Caso alguém ache que é cristão e no entanto fica indiferente frente ao fato de sê-lo, verdadeiramente ele não é. Ou como iríamos então julgar sobre um ser humano que assegurasse estar enamorado e ao mesmo tempo garantisse que isso lhe era indiferente?” (Kierkegaard, 2013a, p. 43).

O amor ao próximo como dever está relacionado ao eterno, pois “*só quando amar é dever, só então o amor está eternamente assegurado*” (Kierkegaard, 2013a, p. 49), e de modo algum esse amor se relaciona com o amor temporal. O dever não está relacionado à temporalidade, mas ao eterno, que não muda. É a diferença que há entre o amor de duração e o amor do eterno contínuo. Para Kierkegaard (2013a, p. 49), “aquele amor que meramente perdura, por mais feliz, por mais bem-aventurado, por mais confiante, por mais poético que seja, tem que ir contudo vencendo a sua prova ao longo dos anos”. Este é o amor que precisa de prova, de ser comprovado de tempos em tempos. Este é o amor vigiado e policiado que torna o amado prisioneiro desse amor. “Mas aquele amor que se submeteu à mudança da eternidade em se tornando dever, e conquistou continuidade, este é a prata da lei” (Kierkegaard, 2013a, p. 49). Nesse sentido, o dever de amar supera o amor natural e o respeito pela amizade. O dever de amar subjuga qualquer amor de predileção, isto é, qualquer amor egoísta, qualquer amor temporal. Não é sobre inclinação, mas sobre amar através de um compromisso com o eterno. “E quando se *deve*, então está decidido para toda a eternidade, e quando compreenderes que tu *deves* amar, teu amor estará assegurado eternamente” (Kierkegaard, 2013a, p. 51). Para este amor ninguém precisa de prova, pois este amor, assegurado pela eternidade, nunca é incerto de si mesmo. “O amor, com este ‘*deves*’, está eternamente assegurado *contra qualquer alteração*. Pois o amor que só tem duração pode alterar-se, pode alterar-se em *si mesmo*, e pode alterar-se *deixando de ser ele mesmo*” (Kierkegaard, 2013a, p. 51).

O amor espontâneo ou natural não implica qualquer dever de amar. Está sujeito às vicissitudes do tempo, isto é, sujeito a mudanças e resfriamento. É um amor suscetível ao aborrecimento, pelo ciúme que incita ou pelo “hábito rotineiro” (Kierkegaard, 2013a, p. 54). Esse amor pode até se tornar seu oposto. Isto é, pode se transformar em ódio, “pois o ódio e o ciúme são reconhecidos apesar de tudo como sinais do amor” (Kierkegaard, 2013a, p. 54). O amor simples, ao contrário do amor espontâneo, não é o amor da possessão, mas a completa independência. O amor cristão, amor simples, é amor livre verdadeiro. Nem esse amor está sujeito ao tédio, à rotina. É somente por dever – “o ‘dever’ da eternidade” (Kierkegaard, 2013a, p. 54) – que o homem pode amar sem cair no amor rotineiro e embotado, tornando-o frio ou com ciúmes ou ódio. Kierkegaard (2013a, p. 55) diz:

Só o “tu *deves*” da eternidade, e o ouvido que ouve, que quer ouvir este “*deves*”, pode salvar-te do hábito. O hábito é a mais triste das mudanças, e por outro lado com qualquer mudança a gente pode habituar-se; só o eterno, e portanto aquilo que se submeteu à transformação da eternidade em se transformando em dever, constituí o imutável, mas o imutável justamente não pode transformar-se em hábito. Por mais firmemente que um hábito se estabeleça, jamais se torna o imutável, mesmo se o homem se tornasse incorrigível; pois o hábito é sempre aquilo que *deveria ser modificado*, e o imutável, ao contrário, é aquilo que nem *pode* e nem *deve* ser modificado. Mas o eterno jamais se torna um hábito rotineiro.

Apenas o amor simples nos liberta do hábito e do esfriamento do amor, “*somente quando é dever amar, só então o amor está eternamente libertado em feliz independência*” (Kierkegaard, 2013a, p. 55). Amor livre e independente é aquele em que se deve continuar a amar, mesmo que o outro, que recebe amor, pare de amar aqueles que dão amor. Não no sentido do amor à predileção, não no sentido daquele amor que muda, mas no sentido de que você deve amar, amar o próximo e amar o próximo como a si mesmo.

O amor que se submeteu à transformação da eternidade em se tornando dever, e ama porque *deve* amar, é independente, tem a lei de sua existência na própria relação do amor para com o eterno. Este amor jamais pode tornar-se dependente no sentido não verdadeiro, pois a única coisa de que ele depende é o dever, e o dever é a única coisa que liberta (Kierkegaard, 2013a, p. 56).

É uma ideia estranha dizer que o que me compele é precisamente o que me liberta. Mas no amor simples é isso: “o dever [...] torna um homem dependente e no mesmo instante eternamente independente” (Kierkegaard, 2013a, p. 56). É a lei que liberta, não o contrário. Pois sem a lei divina não há liberdade verdadeira nem amor verdadeiro. Mas deve-se notar que esta lei é imperativa e não proibitiva. (Kierkegaard, 2013a, p. 57). A lei diz “você deve amar” e não que “você não deveria amar no caso ...”. Assim, não há lugar para o desespero, não há lugar para falta, ciúme, ódio, porque você deve amar. “Aquele amor que passou pela transformação da eternidade, em se tornando dever, não está libertado dos infortúnios, mas está a salvo do desespero; no infortúnio e na boa fortuna igualmente a salvo do desespero” (Kierkegaard, 2013a, p. 61).

Assim, o dever de amar consiste no fato de que “deves preservar o amor, e tu deves preservar-te a ti mesmo; com e no preservar-te a ti mesmo deves preservar o amor” (Kierkegaard, 2013a, p. 61). Desse modo, a verdadeira defesa do Cristianismo ocorre não de maneira verbal, no sentido de que se deve reprimir o amor natural e o respeito pela amizade. O que o Cristianismo faz é “destronar” o amor da predileção

[...] para colocar no seu lugar o amor espiritual, o amor ao próximo, um amor que em seriedade e verdade é mais carinhoso, mais delicado na intimidade do que o amor sensual – na sua união, e mais fiel na sinceridade do que a mais famosa amizade – em solidariedade (Kierkegaard, 2013a, p. 63).

Com isso, diz Kierkegaard (2013a, p. 64),

se é certo que o Cristianismo ensina que o amor a Deus e ao próximo é o verdadeiro amor, também é igualmente certo que ele derrubou “todo poder altivo que se levanta contra o conhecimento de Deus e torna cativo todo pensamento”, e que ele igualmente derrubou do pedestal o amor natural e a amizade.

O que o amor aos outros ensina?

O amor cristão ensina a amar a todos os homens, absolutamente todos. Com a mesma força incondicional com que o amor natural insiste em que só haja um único amado, com a mesma força incondicional o amor cristão leva para a direção oposta. Se se quer, em relação ao amor cristão, excetuar uma única pessoa que não se quer amar, então um tal amor não é “igualmente amor cristão, mas ele absolutamente não é amor cristão (Kierkegaard, 2013a, p. 69).

O amor ao próximo é o amor de *abnegação* “e a abnegação expulsa justamente toda predileção, assim como expulsa todo amor de si – senão também a abnegação faria diferenças e cultivaria uma preferência pela predileção” (Kierkegaard, 2013a, p. 75). O objeto desse amor é um, mas não, como Kierkegaard deixa claro, no sentido de exclusividade, de predileção, mas no sentido de que um e apenas um é o objeto desse amor: o próximo. E o próximo é, novamente, “todos os homens” (Kierkegaard, 2013a, p. 75). O próximo não é o segundo eu em relação ao amor-próprio, mas o primeiro tu (Kierkegaard, 2013a, p. 78). Mas o decisivo em relação a este amor – amor simples, amor altruísta, amor efetivamente dirigido ao outro que para si –, segundo Kierkegaard, Mas o fator decisivo em relação a esse amor, segundo Kierkegaard, é o amor que se tem por Deus, porque não se pode entender o mandamento ou a prática se não se ama Deus em primeiro lugar.

Em última análise o amor a Deus é o decisivo, dele deriva o amor ao próximo, mas disso o paganismo nem desconfiava. Excluía-se Deus, tomava-se o amor natural e a amizade como

sinônimos de amor, e se detestava o egoísmo. Mas o mandamento do amor cristão ordena amar a Deus mais do que todas as coisas, e então amar o próximo. No amor erótico e na amizade, a determinação intermediária é a predileção; no amor ao próximo, Deus é a determinação intermediária, ama a Deus acima de todas as coisas, e então tu amas também ao teu próximo, e no próximo amas todos os homens; só ao amar a Deus acima de todas as coisas pode-se, no outro, amar ao próximo (Kierkegaard, 2013a, p. 78).

4. Considerações finais

É impressionante ver como duas filosofias tão diferentes (em método, linguagem e fundamento) quanto as de Kant e Kierkegaard são capazes de apresentar a mesma ideia: que devemos amar. Mas essa ideia tem um significado diferente para os dois filósofos, embora coincidam em certos pontos, como a necessidade de superar o egoísmo e as inclinações naturais, e também que o amor ao próximo se baseia em um princípio de igualdade.

A diferença fundamental é que o dever de Kant está intrinsecamente associado à liberdade humana, bem como à razão subjacente, e o dever de Kierkegaard depende inteiramente do amor a Deus e da fé subjacente. Pelo menos no âmbito das passagens pesquisadas, Kant defende que o amor é um dever a ser cumprido por uma máxima de beneficência e Kierkegaard demonstra como deve amar o verdadeiro cristão. No caso de Kierkegaard especificamente, essa demonstração não equivale necessariamente a uma defesa desse amor ou que ele seja cristão apenas por causa disso.⁷ A intenção do autor a esse respeito não é clara, especialmente quando levamos em conta a ironia, costumeiramente presente no estilo de escrita do filósofo danês. A fim de descobrir os propósitos íntimos desse pensador, teríamos que ampliar ainda mais o escopo da pesquisa, o que vai além do nosso propósito. O mesmo acontece com qualquer conclusão que abstraímos do que apresentamos sobre Kant.

Kant elabora uma análise da relação entre amor e respeito, distinguindo um conceito do outro, bem como estabelecendo seus pontos de convergência. Ambos inicialmente aparecem como sentimentos e depois como máximas. Como sentimentos, Kant associa o amor com o poder de atração e respeito com repulsa. Como princípios ou máximas, o amor é beneficência e respeito, restrição. Como princípios, tornam-se deveres para com o próximo. Como deveres, convergem entre si. O amor e o respeito pelos outros correspondem a uma ação positiva quando eles fazem dos fins dos outros meus fins e correspondem a uma ação negativa quando eles não negam ao outro sua moralidade. No amor, eu forço o amado a corresponder moralmente a esse amor. Mas, respeitando-o corretamente, eu me forço a não retirar do outro o direito que ele possui de atribuir valor a si mesmo.

Para Kant, o dever de amar é um princípio que implica a obrigação de retribuição. Como ninguém necessariamente sente amor, é meritório receber amor. Assim, o benevolente gera para si o dever de benevolência. O dever de respeito, como é um dever obrigatório, não implica um ônus para aqueles que são respeitados, pois é um princípio obrigatório. Respeito não dá origem ao dever de respeito, uma vez que é uma obrigação. No entanto, espera-se que as pessoas se respeitem, mas independentemente disso, o respeito me obriga e não o outro a respeitar.

⁷ Na conclusão de *As Obras do Amor* (1847), Kierkegaard (2013, p. 419) diz que todo o seu esforço consiste em “elogiar o amor”. Elogiar não é necessariamente uma defesa, mas é também uma defesa, na medida em que um elogio constitui um endosso. O que é desaprovado não é elogiado, a menos que seja mentira. Consequentemente, o que não é objeto de defesa, não é objeto de elogio. No entanto, como vimos, o próprio Kierkegaard compreende que declarar-se cristão não é suficiente para ser um, então devemos viver o que pensamos na prática. Nesse sentido, há uma indicação de que Kierkegaard praticou a reduplicação através de seu trabalho. De todo modo, a evidência não é constituída pelas palavras proferidas, mas pelas ações cometidas. Por fim, deixo esta questão inconclusa.

A impressão que temos é que o princípio do amor pode ser dispensável e somente o princípio do respeito é necessário. Mas Kant entende ambos os princípios como “forças morais”, como pilares da moralidade, e que a ausência de uma dessas forças corrompe toda a estrutura moral. Nesse sentido, o amor é tão importante quanto o respeito. São sentimentos, mas são mais do que isso quando se tornam máximas. Os sentimentos não são maleáveis tanto quanto a razão, nem são absolutos, pois estão sujeitos às vicissitudes da vida. Como máximas, eles constituem deveres. Portanto, Kant não vê sentido no amor absoluto, muito menos no respeito irrestrito. Tampouco vê como essa máxima de beneficência pode coincidir com a completa abnegação, pois também deve haver respeito. Neste ponto, ambos os princípios morais são convergentes, porque nenhum deles age sozinho. No amor mútuo existe algum respeito e vice-versa. É curioso notar que a máxima da beneficência implica uma decisão racional de ser benevolente, independentemente de você sentir amor ou não. Não se nega, contudo, que esse princípio que me faz querer ser benevolente, não tenha sido influenciado pelo sentimento. Mas o sentimento não é o princípio em si. Como vimos, ninguém está qualificado para sentir o que se quer.

Parece-me que Kant oscila em relação ao dever de amar. Por pelo menos dois motivos: 1. Não parece haver na prática a possibilidade de amar a todos igualmente, porque para mim (ou para alguém) alguns estão mais próximos do que outros; 2. Como estou mais perto de mim, o dever para comigo pode se tornar mais importante do que o meu dever para com os outros. Isso seria dizer que é praticamente impossível amar os outros como você ama a si mesmo, mesmo que tal coisa fosse desejada. Kant nos faz pensar que ele dá menos peso ao amor do que ao respeito, mesmo que ele tenha qualificado a ambos como forças morais igualmente indispensáveis à moralidade, pois enquanto “a omissão dos meros deveres de amor é falta de virtude”, “a omissão do dever decorrente do respeito que é devido a cada homem em geral é vício. Pois que se esquecerem os primeiros não se ofende ninguém; enquanto que a omissão dos segundos se causa dano ao homem na sua legítima pretensão” (Kant, 2011, p. 416-417).⁸

⁸ Na *Crítica da Razão Prática* (1788), sobre o mandamento “**ama a Deus acima de tudo e teu próximo como a ti mesmo**”, Kant (2003, p. 291-295) diz que: “amar a Deus significa [...] praticar de **bom grado** seus mandamentos; amar o próximo significa praticar de **bom grado** todos os deveres para com ele. Mas o mandamento que torna isso uma regra não pode tampouco ordenar que se **tenha** essa disposição em ações conformes ao dever, mas simplesmente que se **aspire** a isso. Pois um mandamento de que se deva fazer algo de bom grado é em si contraditório, porque, se já sabemos espontaneamente o que nos obriga a fazer algo, se além disso também fôssemos conscientes de fazê-lo espontaneamente, um mandamento correspondente resultaria totalmente desnecessário e, se de fato o fazemos mas não precisamente de bom grado e, sim, somente por respeito à lei, um mandamento que precisamente tornasse esse respeito um motivo da máxima atuaria exatamente de encontro à disposição ordenada. Portanto aquela lei de todas as leis, como todo o preceito moral do Evangelho, apresenta a disposição moral em toda a sua perfeição do modo como ela enquanto ideal de santidade *não é atingível por nenhuma criatura*, contudo é o arquétipo do qual devemos aspirar aproximar-nos e, em um ininterrupto mas infinito progresso, aspirar a ela igualar-nos. Ou seja, se uma criatura racional pudesse alguma vez chegar a praticar todas as leis morais inteiramente de **bom grado**, isso equivaleria a que não se encontrasse nela sequer a possibilidade de um apetite que o estimulasse a desviar-se delas; pois o domínio de um tal apetite sempre custa sacrifício ao sujeito, portanto requer auto coerção, isto é, necessitação íntima para o que não se faz inteiramente de bom grado. *Mas a esse grau de disposição moral nenhuma criatura consegue elevar-se*. Pois, visto que se trata de uma criatura, por conseguinte sempre dependente em relação ao que ela reclama para o inteiro contentamento com o seu estado, ela jamais pode ser livre totalmente de apetites e inclinações, as quais, porque dependem de causas físicas, não concordam com si mesmas com a lei moral, que possui fontes totalmente diversas, por conseguinte tornam a todo momento necessário, com respeito às mesmas, fundar a disposição de suas máximas sobre necessitação moral, não sobre pronta submissão mas sobre respeito, que **exige** o cumprimento da lei mesmo que ele não ocorra de bom grado, não sobre amor, que não envolve nenhuma recusa interna da vontade à lei, conquanto tornem necessário fazer para si deste último, a saber, do simples amor à lei (já que ela então deixaria de ser **mandamento** e a moralidade, que com isso se converteria subjetivamente em santidade, deixaria de ser **virtude**), o objetivo constante, embora *inalcançável*, de seu empenho. Pois naquilo que estimamos muito, mas que, contudo (pela consciência de nossas fraquezas), tememos, transformam-se – pela maior facilidade em satisfazê-los – o mais reverente temor em inclinação e o respeito em amor; pelo menos seria essa a consumação de uma disposição consagrada à lei, *se alguma vez fosse possível a alguma criatura alcançá-la*” (grifos nossos).

Para Kierkegaard, por sua vez, o dever de amar está relacionado à fé cristã e não à razão em si. É, acima de tudo, um compromisso que o ser humano deve estabelecer com Deus por meio da fé. Um compromisso de amá-Lo. Além desse compromisso de fé, o mandamento não é eficaz. Pelo menos não é totalmente eficaz e, portanto, não é verdadeiramente eficaz. Porque amar o próximo como a si mesmo só faz sentido se você ama a Deus acima de todas as coisas. “A fé”, diz Kierkegaard (2013a, p. 45), “é eternamente e todo o tempo o segredo que salva!”. Isso também significa que não é a razão que salva. O que salva é fé e amor a Deus.

Kierkegaard distingue o amor verdadeiro (amor que salva, amor simples, amor cristão, amor abnegado) de amor natural e respeito pela amizade. Seu esforço é esclarecer que o amor cristão não tem nada a ver com predileção, ciúme ou ódio, nem tem a ver com o amor temporal, o que dura ou não no tempo. O verdadeiro amor, aquele a ser amado pelo cristão, tem um compromisso direto com o eterno. E só porque existe esse compromisso com o eterno, ele sempre permanece assegurado. Isso parece não ter nada a ver com Kant. Porque Kant não entende o mandamento através da fé, mas por meio dos ditames da razão. Talvez seja essa a principal razão pela qual ele vê a impossibilidade de praticar esse amor, mesmo reconhecendo que isso seria o mais perfeito.

Esse limite de amor ao próximo em Kant ocorre porque o filósofo de Königsberg ainda pensa nesse amor como amor mútuo, isto é, como um amor que ocorre na reciprocidade. Mas, em Kierkegaard, embora o amor ao próximo seja igualdade, essa igualdade é baseada na abnegação. De fato, não importa se alguém não é amado, se não há reciprocidade, se alguém sofre dano: ainda é preciso amar. Para Kant, se houver dano, isso pode me dar o direito de me retirar. Como experimentar autêntica abnegação em uma filosofia que reconhece o direito à dignidade, em um cuidado que evita qualquer dano? Por outro lado, como chamar o amor que permite o mal?

Assim, o amor mútuo kantiano nunca poderia alcançar o amor abnegado que é propriamente cristão, uma vez que o amor mútuo em Kant é limitado pela obrigação de respeito. Em Kierkegaard, o amor defendido pelo mandamento corresponde a uma entrega irrestrita à humanidade, o que equivale a uma rendição sem precedentes para todos e cada um. Ou seja, para Kant, o amor incondicional é impossível, uma vez que o princípio do respeito é apresentado como um limite para esse amor. Para Kierkegaard, pelo contrário, o dever de amar só é efetivo incondicionalmente, porque, para esse amor, não há sentido em limitá-lo.

Referências

KANT, I. *Anthropology from a Pragmatic Point of View*. Carbondale, III: Southern Illinois University Press. 1996. eBook., Base de dados: eBook Collection (EBSCOhost).

_____. *Crítica da razão prática*. Tradução de Valério Rohden. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

_____. *A metafísica dos costumes*. Tradução, apresentação e notas de José Lamego. 2. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2011.

KIERKEGAARD, Søren A. *As obras do amor: algumas considerações cristãs em forma de discursos*. Apresentação e tradução, Álvaro Luiz Montenegro Valls; revisão da tradução, Else Hagelund. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2013a.

_____. *Œuvres Complètes, Tome XX. Index Terminologique. Principaux concepts de Kierkegaard* par Gregor Malantschuk. Traduit du danois, adapté et complété par Else-marie Jacquet-Tisseau. Paris: Éditions de L'orante, 1986.

_____. *O conceito de angústia: uma simples reflexão psicológico-demonstrativa direcionada ao problema dogmático do pecado hereditário*. Tradução e Posfácio Álvaro Luiz Montenegro Valls. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2013b.

Submissão (1ª versão): 25-03-2018

Aceito para publicação: 11-07-2018